

A SPQ na Assembleia da República

MÁRIO NUNO BERBERAN E SANTOS

N O PASSADO DIA 1 DE ABRIL, UMA DELEGAÇÃO da SPQ foi recebida na Assembleia da República pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. A delegação era constituída pelo Presidente (J. Ferreira Gomes), Secretário-Geral (M. Berberan e Santos), um vogal da Divisão de Ensino e Divulgação (João Paiva), e por dois membros do grupo de trabalho da SPQ sobre a reforma curricular, simultaneamente docentes do Ensino Secundário (Ana Paula Correia e Maria Helena Nascimento). O principal assunto em discussão foi naturalmente a revisão curricular do Ensino Secundário, em que, entre outras alterações gravosas, se reduz o ensino experimental e se torna a disciplina de Física e Química opcional para os alunos das áreas científico-tecnológicas do 10.º e 11.º anos.

Em parte devido à existência de um grande número de Comissões Parlamentares, algumas com funcionamento simultâneo, e à acumulação de cargos em várias comissões, inevitável nos partidos mais pequenos, o número de deputados presentes era relativamente reduzido (ca. de um terço dos 33 elementos da Comissão). Sem desmerecer dos restantes deputados presentes, é de referir a presença interessada e activa dos deputados do PSD Pedro Duarte (Presidente da Comissão), Fernando Charrua e Aurora Vieira, esta última licenciada em Química pela FCUP, e dos deputados do PS Augusto Santos Silva e Ana Benavente, ambos titulares de cargos governativos na área da Educação em anteriores governos.

A SPQ fez distribuir a todos os deputados da Comissão, presentes e ausentes,

um conjunto de documentos que incluíam um resumo das actividades e história da SPQ, exemplares recentes do boletim da SPQ, um CD com a Tabela Periódica dos Elementos, o Livro Branco Sobre o Ensino da Física e da Química (editado em conjunto com a SPF) e textos com a posição da SPQ sobre a reforma do ensino secundário. A posição e as razões da SPQ foram ainda apresentadas de viva voz, com intervenções de João Paiva, que numa apresentação em PowerPoint resumiu a situação, de José Ferreira Gomes, que sublinhou a grande importância do ensino científico e da sua componente experimental para a economia das sociedades mais desenvolvidas, estabelecendo uma comparação com a situação na Europa, e nomeadamente no Reino Unido, onde foi publicado recentemente um estudo



figura 1 Aspecto da reunião com a Comissão Parlamentar, vendo-se, entre outros, e da esquerda para a direita, a deputada Aurora Vieira (PSD) com o boletim Química ao seu lado, os deputados Ana Benavente (PS) e Augusto Santos Silva (PS), este último com o CD da Tabela Periódica, e finalmente João Paiva (da SPQ).



figura 2 Delegação da SPQ. Da esquerda para a direita: MBS, JFG, APV e JCP (falta H. Nascimento, que tirou a fotografia).

sobre o assunto, e de Ana Paula Correia e de Helena Nascimento, que apresentaram a perspectiva de quem contacta diariamente com o problema, e conhece bem a diferença entre certas elucubrações ministeriais e a realidade. No período de discussão que se seguiu, esta diferença ficou patente na estranheza manifestada pelo deputado Fernando Charrua quanto ao número médio de alunos por turma avançado nas apresentações, 28, pois sendo este o valor máximo permitido por lei não poderia nunca ser o número médio. Isto seria um indicador do pouco rigor da argumentação aduzida. A resposta foi a de o número máximo real ser superior a 28: como em muitos outros casos, por melhor que seja em aparência, uma lei ine-

xequível torna-se letra morta, sendo tacitamente ignorada pelos aplicadores. Ainda no período de discussão foi afirmado pela deputada Aurora Vieira já estar decidido que a proposta de opcionalidade da disciplina de Física e Química iria ser retirada, o que trouxe algum alívio à delegação da SPQ. Infelizmente, sabemos hoje que isso acabou por não se concretizar. Oxalá a medida venha a ser revogada num futuro próximo, quando o erro se tornar patente, pelas consequências desastrosas que há-de forçosamente produzir.

Na sua intervenção final, o Presidente da Comissão Parlamentar destacou o facto de ter sido a primeira vez que uma Sociedade Científica foi recebida na AR,

e de a sua apresentação ter causado a melhor impressão, mas sem obviamente poder convencer todos os deputados da bondade das suas posições. A SPQ deve também destacar a cordialidade do acolhimento e as provas de consideração recebidas, sem deixar de lamentar o curso posterior dos acontecimentos, com a aprovação de medidas que entende serem gravosas para o futuro do país.

Sendo uma das maiores, mais antigas e mais activas sociedades científicas portuguesas, a SPQ não podia de deixar de tomar uma posição pública clara sobre um problema que diz directamente respeito aos seus membros e à Ciência em Portugal.